

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.258 - MS (2019/0209823-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **COPASUL COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL MATOGROSSENSE**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO EDUARDO DE MORAES MARQUES - MS004119**  
 : **JÂNE PEIXER - MS012730**  
**RECORRIDO** : **JOAO JOSE DE SOUSA FILHO**  
**ADVOGADO** : **SEM ADVOGADO - ES000000**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJMS, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 111):

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM AÇÃO MONITÓRIA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RESP N.º 1.604.412/SC - MANIFESTAÇÃO DO AUTOR APÓS O DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL - REGRA DE TRANSIÇÃO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de cumprimento de sentença em ação monitória suspenso na vigência do CPC/1973, o curso do prazo prescricional volta a correr independentemente de prévia intimação do credor para dar andamento ao feito, após o transcurso do prazo definido na decisão que a sobrestou ou após 01 ano da suspensão, conforme entendimento pacificado pelo STJ no REsp n.º 1.604.412/SC.

2. Ao se manifestar nos autos, o apelante rechaça a prescrição de forma clara, não constituindo julgamento surpresa o decisum objurgado.

3. De acordo com a regra de transição, prevista no art. 2.028, do Código Civil, são requisitos para a aplicação do Código de 1916 se os prazos foram reduzidos pelo Código de 2002 e tiver decorrido mais da metade do prazo antigo. Desse modo, se não transcorrido mais da metade do prazo da lei revogada, aplica-se o Código de 2002.

4. Como o início do prazo prescricional quinquenal se deu em 11.01.2003 (data da entrada em vigor do novo Código Civil), o termo final foi em janeiro de 2008, tendo a pretensão autoral sido alcançada pela prescrição intercorrente, já que sua manifestação nos autos somente ocorreu em setembro de 2017.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 118/130), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 791, III, e 921, III, do CPC/2015, sustentando, em síntese, que durante a suspensão do processo não corre a prescrição. Afirma que, para o início do prazo prescricional, é imprescindível a intimação pessoal da parte para dar andamento ao feito.

O recorrido não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 162).

É o relatório.

Decido.

Reside a controvérsia em definir se, em relação à execução suspensa sob a égide do CPC/1973, para efeito de reconhecimento de prescrição intercorrente, é necessária prévia intimação do credor para dar andamento ao feito ou basta sua inação por determinado período de tempo.

Extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fls. 114/116):

No caso, observa-se que por força da decisão datada de 16.06.1998 (f. 59), o feito executivo foi encaminhado ao arquivo, não tendo sido fixado prazo, incide a orientação contida no item 1.2, ficando suspenso o prazo prescricional pelo período de 01 ano.

Suplantado esse lapso temporal, o que ocorreu em junho de 1999, teve início o prazo de prescrição do direito material.

(...)

Logo, tendo como início do prazo prescricional quinquenal a data de 11.01.2003 (data da entrada em vigor do novo Código Civil), o prazo para manifestação do exequente findou-se em janeiro de 2008.

(...)

O credor somente voltou a impulsionar o processo em 05.09.2017, quando transcorrido em muito o prazo prescricional.

Com isso, inafastável o reconhecimento da prescrição no caso concreto, exatamente como feito na sentença, que reconheceu a prescrição intercorrente, extinguindo o feito executivo.

A decisão recorrida está em consonância com o julgamento proferido pela Segunda Seção desta Corte nos autos do REsp n. 1.604.412/SC – conforme procedimento previsto para Incidente de Assunção de Competência (IAC) –, o qual recebeu a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.604.412/SC, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 22/8/2018.)

Portanto, em relação à execução suspensa sob a égide do CPC/1973, a efeito

# *Superior Tribunal de Justiça*

de reconhecimento de prescrição intercorrente, a fim de se dar início à contagem do prazo, é dispensável a prévia intimação do credor para dar andamento ao feito, bastando sua inação por determinado período de tempo, que, no entanto, somente haverá de ser declarada após prévia intimação do credor para que a respeito se manifeste, a fim de que seja respeitado o princípio do contraditório.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator